

viços relativos a semi-liberdade. Dentro deste espírito, o relator informou que ao assumir recentemente a Direção Geral do Departamento Penitenciário Federal, examinou a programação orçamentária para 1982, observando a carência de recursos precisamente na faixa que reputa da maior importância que é a do processo de ressocialização do preso. A vista do exposto ainda conseguiu incluir na referida programação orçamentária uma previsão de recursos que serão destinados, em caráter experimental, à implementação dos serviços relativos a semi-liberdade e assistência ao egresso. Ainda para a implantação da nova política penitenciária pretende imprimir aos quadros do DEPEN-MJ, o aspecto interdisciplinar ou pluralista que atenda o conteúdo científico da fundação de assistência aos Estados. Assim, pretende dentro em breve, em convênio com a Universidade de Brasília e através de um corpo docente constituído de juristas, psicólogos, sociólogos e outros, instalar em caráter acelerado, o curso profissionalizante, a primeira turma de pessoal especializado. Além das providências iniciais e urgentes que o nobre relator desenhara, informou ainda que a proposta orçamentária regular daquele Departamento, prevê o atendimento a obras em andamento, a novas construções, a instalação de oficinas especializadas, ensino supletivo e, formação treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos. Ao finalizar informou que o DEPEN dará suporte financeiro à realização do I CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Ao retomar a palavra o Senhor Presidente cumprimentou o relator por sua rapidez e versatilidade no posicionamento de sua administração, totalmente voltada para a nova filosofia da política penitenciária. Em seguida passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, que, após formular cumprimentos ao relator pela sua investidura ao cargo de Diretor-Geral do DEPEN e pela exposição que proferiu, solicitou, com relação às prioridades, o exame da situação do estabelecimento penal de Bangu-RJ, tendo em vista que se encontra construído há mais de dois anos e ainda não foi inaugurado. Apresentando também cumprimentos ao relator, o Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, manifestou-se entusiasticamente ao conteúdo de sua exposição. Antes de finalizar a sessão matutina o Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, fez uso da palavra para alertar o CNPP sobre a situação angustiante em que se encontra os presídios no Estado de São Paulo, informando que a situação se agrava gradualmente tendo em vista a superpopulação da clientela carcerária daquele Estado. Na oportunidade sugeriu a possibilidade de se incentivar os poderes estaduais a construir presídios de segurança média, dos quais o País é carente. Reforçando a presente sugestão, o Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, conhecedor profundo dessa carência, comentou a necessidade desse gênero de construção ressaltando sua grande importância para o Sistema. Apoiando ainda a sugestão em referência o Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA, sugeriu que fossem inseridos nesses projetos de segurança média, as instalações de oficinas que permitam a aprendizagem profissional. A Presidência acatou as sugestões e encerrou a sessão da manhã. Prosseguindo os trabalhos constantes da pauta o Senhor Presidente retomou às atividades passando a palavra ao Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, que informou ao Colegiado sobre o desenvolvimento das atividades referentes à realização do I CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, o qual será realizado no período de 27 a 30 de setembro próximo, no Centro de Convenções do Distrito Federal, devendo sua abertura acontecer no Salão Petrônio Portela, no Senado Federal, oportunidade em que o Ministro de Estado da Justiça proferirá a Oração de Abertura. As providências complementares estão sendo enviadas pelos Coordenadores Executivo e Científico, tal como programado. A seguir o Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ solicitou ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, autor do Regimento do Congresso, que coordenasse as apreciações do referido Regimento. O Colegiado participou com o maior interesse e ao final da sessão concluíram pelo aprova-ção daquele Regimento. O Senhor Presidente retomou a palavra e encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente Ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente do CNPP

Ministério das Relações Exteriores

INSTITUTO RIO BRANCO

PORTARIA Nº 7, DE 2 DE JULHO DE 1981.

Autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Diretor-substituto do Instituto Rio Branco designa para integrar a comissão prevista pelo artigo 7º do Regulamento do Instituto, com o objetivo de avaliar a aptidão dos candidatos inscritos no Exame Vestibular de 1981 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), e dos alunos do referido Curso, o Ministro ANTONIO SABINO CANTUÁRIA GUIMARÃES, em substituição ao Embaixador Sérgio Martins Thompson Flores, designado pela Portaria nº 2, de 18 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial de 22 de maio do mesmo ano.

Brasília, em 02 de julho de 1981.

OSWALDO BIATO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 155, DE 2 DE JULHO DE 1981.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a promover a aceitação da doação do terreno que menciona, situado no Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

O Ministro de Estado

DA FAZENDA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 84.045, de 2 de outubro de 1979 e de acordo com os artigos 1.165 e 1.180 do Código Civil,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a aceitação da doação que, nos termos do Decreto-lei Municipal nº 3, de 24 de maio de 1940 e da Resolução nº 185, de 25 de abril de 1940, o Município de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, fez à União Federal, do terreno, com a área de 17.152,22m² (dezessete mil, cento e cinquenta e dois metros quadrados e vinte e dois decímetros quadrados), situado entre as Ruas General Salvador Pinheiro Machado, Silva Jardim, Treze de Maio e Marechal Floriano, naquele Município, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 0768-258.673, de 1958.

Art. 2º - No terreno a que se refere o artigo 1º foi construída a Vila Militar de Oficiais do 4º RCB, do Ministério do Exército.

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ERNANE GALVÊAS